

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Micro Região Vila Maria e Vila Guilherme

CNPJ. : 61.699.567/0020-55
Nota da Administração



Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Cons. Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: Micro Região Vila Maria e Vila Guilherme que integra a S.P.D.M..

Prof. Dr. **Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no art. 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.ª o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, **Micro Região Vila Maria / Vila Guilherme** elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços c/ a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também c/ a avaliação permanente da auditoria independente.

Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, c/ notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva p/ a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. p/ tanto, associa o melhor da tecnologia c/ atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, c/ base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2014. Prof. Dr. **Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

| Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais | | | Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais | | |
|--|----------------------|----------------------|--|----------------------|----------------------|
| | 2013 | 2012 | | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | Passivo | | |
| Ativo Circulante | 19.860.929,91 | 16.263.983,99 | Passivo Circulante | 19.857.963,00 | 16.263.983,99 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (n. 4.1) | 2.396.187,59 | 9.110.385,64 | Fornecedores | 47.126,49 | 86.387,72 |
| Caixa | - | - | Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica | 708.047,50 | 633.009,39 |
| Bancos conta movimento | 36.407,37 | 11.637,54 | Salários a pagar | 3.200.303,83 | 2.722.114,12 |
| Aplicações Financeiras (n. 4.2) | 2.359.780,22 | 9.098.748,10 | Contribuições a recolher | 849.226,82 | 679.793,18 |
| Clientes | 15.551.801,84 | 5.757.417,05 | Provisão de férias | 4.405.995,56 | 3.595.107,46 |
| Prefeitura Municipal de São Paulo | 7.833.484,48 | - | Provisão de FGTS sobre férias | 352.479,64 | 287.608,60 |
| Prov.de Resc.de Contrato (n. 4.7) | 7.718.317,36 | 5.757.417,05 | Provisão de despesas c/quitacoes | 7.718.317,36 | 5.757.417,05 |
| Outros Créditos | 1.760.991,29 | 1.216.725,52 | Impostos a recolher | 1.030.690,55 | 897.865,00 |
| Adiantamentos a fornecedores | 330.397,91 | 180.599,29 | Obrigações Tributárias | 64.253,55 | 89.402,54 |
| Antecipações salariais | 13.740,70 | 8.871,17 | Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 | 88.696,99 | 75.395,37 |
| Antecipação de férias | 416.789,44 | 334.720,12 | Acordo Trabalhista | 17.670,00 | - |
| Outros créditos e adiantamentos (n. 4.3) | 1.000.063,24 | 692.534,94 | Outras contas a pagar | 162.377,47 | 35.789,05 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 24.876,46 | 22.743,15 | Recebimento de materiais de terceiros | 1.801,34 | - |
| Prêmios de seguros e outros a vencer (n. 14) | 24.876,46 | 22.743,15 | Outros valores de terceiros | 2.396,30 | - |
| Estoques (n. 4.4) | 127.072,73 | 156.712,63 | Convênios/Contratos públicos a realizar | 1.208.579,60 | 1.404.094,51 |
| Microregião V. Maria/V.Guilherme | 127.072,73 | 156.712,63 | Passivo Não Circulante | 1.763.573,30 | 2.120.879,15 |
| Ativo Não Circulante | 1.760.606,39 | 2.120.879,15 | Prov.de Desp.Proc. Trabalhista (n. 4.11) | 2.966,91 | - |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | - | - | Obrig. Bens Móveis de terceiros (n. 5) | 5.100.872,05 | 4.728.604,52 |
| Ativo Imobilizado - Bens Próprios | - | - | Aj.vida útil econ.-Bens Móv.de terc. (n. 5) | (3.340.265,66) | (2.607.725,37) |
| Depreciações | - | - | Total do Passivo | 21.621.536,30 | 18.384.863,14 |
| Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros | 1.760.606,39 | 2.120.879,15 | Patrimônio Líquido (n. 8) | - | - |
| -Bens Móv.Mic.V.Maria/V.Guilherme (n. 5) | 5.100.872,05 | 4.728.604,52 | Total do Passivo e do Patr.Líquido | 21.621.536,30 | 18.384.863,14 |
| Aj.vida útil-bens terc.-Mic.VM/VG (n. 5) | -3.340.265,66 | -2.607.725,37 | Contas de Compensação (n. 6) | 6.072.685,17 | 4.728.604,52 |
| Total do Ativo | 21.621.536,30 | 18.384.863,14 | Oper.c/Bens/Mercadorias-Terceiros | 6.072.685,17 | 4.728.604,52 |
| Contas de Compensação | 6.072.685,17 | 4.728.604,52 | Mercadorias Recebidas | 971.813,12 | - |
| Oper.c/Bens/Mercadorias-Terceiros (n. 6) | 6.072.685,17 | 4.728.604,52 | Bens recebidos | 5.100.872,05 | 4.728.604,52 |
| Mercadorias de Terceiros | 971.813,12 | - | Total das Compensações Passivas | 6.072.685,17 | 4.728.604,52 |
| Bens recebidos | 5.100.872,05 | 4.728.604,52 | | | |
| Total das Compensações Ativas | 6.072.685,17 | 4.728.604,52 | | | |

| Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais | | | Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais | | |
|--|-----------------|----------------|---|----------------------|----------------------|
| | dez/13 | dez/12 | | dez/13 | dez/12 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | 1 - Receitas | 90.377.229,02 | 73.394.380,58 |
| Resultados do exercício/período | - | - | 1.1) Prestação de serviços (n.7.3) | 73.636.495,00 | 59.705.985,41 |
| Aj.p/ conc.o res.às disp.ger.pelas ativ.operac. | - | - | 1.2) Subv.e outras receitas operacionais | 2.343,00 | 3.198,11 |
| Depreciação e amortização | - | - | 1.3) Outras Rec.(-) Rec.Anul.do Exec. An | 24.224,77 | 11.576,68 |
| Resultado na venda de ativos permanentes | - | - | 1.4) Isen.usufruída sobre contribuições | 16.703.516,29 | 13.673.620,38 |
| Ajuste nas contas patrimoniais | (1.113.142,19) | - | 1.5) Trabalho Voluntário | 10.649,96 | - |
| Variações nos ativos e passivos | | | 2 - Ins.Adq.de Terc.(inclui ICMS e IPI) | 11.672.473,53 | 8.834.447,78 |
| (Aum.) Redução em contas a receber | (10.340.783,87) | (6.093.123,58) | 2.1) Matérias-primas consumidas | - | - |
| (Aumento) Redução em estoques | 29.639,90 | (14.590,15) | 2.2) Custo das merc.utiliz.nas prest.d | 1.520.539,10 | 1.250.937,39 |
| Aumento (Redução) em fornecedores | 108.764,64 | 155.091,29 | 2.3) Serviço de terceiros e outros | 10.151.934,43 | 7.583.510,39 |
| Aum.(Red.)em ctas.a pagar e provisões | 10.682.641,13 | 8.450.693,35 | 2.4) Perda/Recup.de valores ativos | - | - |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros | 360.272,76 | (700.930,33) | 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) | 78.704.755,49 | 64.559.932,80 |
| Disp.liq.ger.pelas(aplic.nas)ativ.operac. | (7.074.470,81) | 683.998,39 | 4 - Retenções | - | - |
| Fluxos de caixa das atividades invest. | | | 4.1) Deprec., amortização e exaustão | - | - |
| (-) Compras de imobilizado | - | - | 5 - Valor Adic.Liq.Prod.Pela Entid.(3-4) | 78.704.755,49 | 64.559.932,80 |
| (-) Adição de Bens de Terceiros | 360.272,76 | 701.920,33 | 6 - Val.Adic.Recebido em Transferência | 480.425,58 | 685.132,19 |
| (-) Adição de bens intangíveis | - | - | 6.1) Receitas financeiras | 480.425,58 | 685.132,19 |
| Disp.liq.ger.pelas(aplic.nas)ativ.de invest. | 360.272,76 | 701.920,33 | 7 - Valor Adicionado Total (5+6) | 79.185.181,07 | 65.245.064,99 |
| Fluxos de caixa das atividades financ. | | | 8 - Distribuição do Valor Adicionado | 79.185.181,07 | 65.245.064,99 |
| Empréstimos tomados | - | - | 8.1) Pessoal e encargos | 61.179.387,87 | 50.537.337,26 |
| (-) Pagamentos de empréstimos/debêntures | - | - | 8.2) Impostos, taxas e contribuições | 47.462,30 | 81.550,47 |
| Juros pagos por empréstimos | - | - | 8.3) Juros | 33.651,44 | 31.550,64 |
| Disp.liq.ger.pelas(aplic.nas)ativ.de financ. | - | - | 8.4) Aluguéis | 1.210.513,21 | 921.006,24 |
| Aumento (Redução) nas disponibilidades | (6.714.198,05) | 1.385.918,72 | 8.5) Isenção usuf.sobre contribuições | 16.703.516,29 | 13.673.620,38 |
| No início do período | 9.110.385,64 | 7.724.466,92 | 8.6) Trabalho Voluntário | 10.649,96 | - |
| No final do período | 2.396.187,59 | 9.110.385,64 | 8.7) Resultado do exercício | - | - |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (n.7) - Valores em Reais | | | | | | |
|--|------|------------|-------------|-------------|---------------------|---------------------|
| Descrição | Nota | Patrimônio | | Reservas | | Total |
| | | Social | Reavaliação | Patrimonial | Acumulado | |
| Saldo 31/12/2011 | | - | - | - | 1.802.859,70 | 1.113.142,19 |
| Incorporação ao Patrimônio Social | - | - | - | - | (689.717,51) | (689.717,51) |
| Transferência de Patrimônio | - | - | - | - | 689.717,51 | 689.717,51 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | (1.113.142,19) | (1.113.142,19) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - |
| Superávit/(Déficit) do Exercício | - | - | - | - | - | - |
| Saldo 31/12/2012 | | - | - | - | - | - |
| Incorporação ao Patrimônio Social | - | - | - | - | - | - |
| Transferência de Patrimônio | - | - | - | - | - | - |
| Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - |
| Superávit/(Déficit) do Exercício | - | - | - | - | - | - |
| Saldo 31/12/2013 | | - | - | - | - | - |

1- Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços c/ a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembléia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva p/ a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. p/ tanto, associa o melhor da tecnologia c/ atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1- Características Principais:** Em 01/02/ 2008, fora firmado o contrato de gestão 006/28 NTCSS-SMS-G referente a gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas na Microregião Vila Maria/Vila Guilherme. O prazo vigente de três anos podendo ser renovado, depois de demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. A OSS-SPDM Vila Maria/Vila Guilherme administrativa doze Unidades Básicas de Saúde (UBS), c/ três AMA (Assistência Médica Ambulatorial), uma AMA-E (Assistência Médica Ambulatorial de Especialidades); sendo duas UBS c/ Estratégia Saúde da Família (ESF) e em CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Infantil. Seu objetivo é dar assistência à saúde na atenção básica, assistência médica de média complexidade, de forma integral, c/ referencia e contra referencia, construindo o Sistema Único de Saúde - SUS de qualidade. Promover significativa melhoria no acesso aos serviços de atenção à saúde, prestando assistência integral e capacitação dos recursos humanos da região, em consonância c/ os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Lei Federal 10.216/2001. O presente instrumento OSS/SPDM em parceria c/ a Secretaria Municipal da Saúde objetiva a operacionalização da gestão, apoio a gestão e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas, composta pelos Distritos Administrativos de Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros.

2 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu § 4º e art. 195, § 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1 Requisitos p/ imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no art. 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevem-se: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2-Isenção Tributária e característica da isenção.** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados c/ o art. 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos p/ manutenção da isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

continua ➤

continuação

bilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

31.12.2013-R\$ 31.12.2012-R\$

| | | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Caixa e Saldos em Bancos | 36.407,37 | 11.637,54 |
| Aplicação Financeira de Curto Prazo | 2.359.780,22 | 9.098.748,10 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.396.187,59 | 9.110.385,64 |

4.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, c/ base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo c/ restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência p/ registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais p/ que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4-Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de R\$ 127.072,73. A provisão p/ desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, c/ base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente p/ eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

Tipo 31.12.2013-R\$ 31.12.2012-R\$

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| Materiais utilizados no setor de Nutrição | 3.004,29 | 11.804,51 |
| Materiais utilizados no setor de Farmácia | 1.283,27 | - |
| Materiais de Almoxarifado | 122.785,17 | 144.908,12 |
| Total | 127.072,73 | 156.712,63 |

4.5-Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes **4.6-Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7-Provisão p/ rescisão de contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões p/ rescisões de contrato. **4.8-Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas c/ o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados c/ base em estimativas contábeis incluem as provisões p/ ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões p/ indenizações e provisões p/ perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas c/ base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões

inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10-Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados p/ fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos p/ classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade c/ o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. p/ tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. p/ eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida p/ o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. p/ ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 842.450,61. Em 2012 o valor tido como "possível" foi de R\$ 2.816.913,05. Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável" os valores se encontram provisionados em contas do passivo. p/ ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 195.213,00. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal. **4.11-Outros Ativos e Passivos.** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos c/ fornecedores encontram-se c/ valor histórico, c/ exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12-Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordo em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam p/ a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5-Imobilizado:** O imobilizado da SPDM Microrregião Vila Maria/Vila Guilherme é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos c/ recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada c/ recursos de contratos de gestão ou convênios p/ os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma: **Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2013.**

CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15ª), que enquanto não atendido os requisitos p/ reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição p/ Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **9-Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição p/ aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **10 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, c/ base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados c/ base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). A fim de cumprir o estabelecido, tomaremos por base a matriz da SPDM por ser esta a única unidade que tem convênio direto c/ o SUS, sendo que, as demais filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios c/ Estados e Municípios. De acordo c/ o art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A SPDM Microrregião Vila Maria/Vila Guilherme apresentou a seguinte produção:

| Tipo de Atendimento | Total 2013 |
|------------------------------------|------------|
| Número de Consultas Ambulatório ** | 220.134 |
| Número de Consultas PA**** | 247.847 |
| Número Consultas Especialidades*** | 53.448 |
| Atendimento PSF* | 153.139 |

* Atendimento (Médico/enfermagem/ACS); ** Produção/Meta vinculada ao número de profissionais/horas contratadas; *** Atendimentos Ama-Especialidades e URSI; **** Atendimento Amas. **11-Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no art. 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22/06/2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **11.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 14.311.118,40. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 11.777.705,80. **11.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 183.303,04. Em 2012 o referido valor de receita totalizou R\$ 72.356,39. **11.3-Isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 2.209.094,85. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 1.823.558,19. **12-Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 10.649,96. **13-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas p/ obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo c/ liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **14-Seguros:** p/ atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente p/ cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **15-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide c/ o ano

| Descrição | Posição em 31/12/2012 | Aquisição | Baixa | Posição em 31/12/2013 |
|--|------------------------------|----------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| Imobilizado-Bens de Terceiros | 4.728.604,52 | 372.267,53 | - | 5.100.872,05 |
| Bens Móveis | 4.728.604,52 | 372.267,53 | - | 5.100.872,05 |
| Apar Equip Utens Med Odont Lab | 1.852.592,49 | 46.073,94 | - | 1.898.666,43 |
| Equip Processamento de Dados | 1.357.240,14 | 83.052,49 | - | 1.440.292,63 |
| Mobiliário em Geral | 916.228,74 | 135.337,45 | - | 1.051.566,19 |
| Maquinas Utens e Equip Diversos | 301.801,44 | - | - | 301.801,44 |
| Veiculos de Tração Mecânica | 24.900,00 | 86.437,00 | - | 111.337,00 |
| Aparelhos de Medição | 39.101,40 | - | - | 39.101,40 |
| Aparelhos de Equip Comunicação | 71.568,45 | 143.734,90 | - | 215.303,35 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 140.679,02 | 10.890,00 | - | 151.569,02 |
| Maq e Equip de Naturaza Industrial | 5.004,00 | - | - | 5.004,00 |
| Equip p/ Audio Video e Foto | 14.320,00 | - | - | 14.320,00 |
| Máq.Ferramentas e Utens de Oficina | 5.168,84 | 9.878,65 | - | 15.047,49 |
| Total Imobilizado - Terceiros | 4.728.604,52 | 372.267,53 | - | 5.100.872,05 |
| Descrição | Posição em 31/12/2012 | Ajuste do Exercício | Posição em 31/12/2013 | Taxas anuais médias de Ajuste |
| Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros | (2.607.725,37) | (732.540,29) | (3.340.265,66) | % |
| Bens Móveis | (2.607.725,37) | (732.540,29) | (3.340.265,66) | |
| Apar Equip Utens Med Odont Lab | (848.530,45) | (225.410,00) | (1.073.940,45) | 20 |
| Equip Processamento de Dados | (1.080.054,51) | (291.666,10) | (1.371.720,61) | 20 |
| Mobiliário em Geral | (367.635,06) | (116.148,53) | (483.783,59) | 20 |
| Maquinas Utens e Equip Diversos | (159.665,97) | (51.762,48) | (211.428,45) | 20 |
| Veiculos de Tração Mecânica | (24.900,00) | (7.204,50) | (32.104,50) | 20 |
| Aparelhos de Medição | (24.511,51) | (7.821,84) | (32.333,35) | 20 |
| Aparelhos de Equip Comunicação | (33.392,56) | (8.357,02) | (41.749,58) | 20 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | (30.681,66) | (44.777,30) | (75.458,96) | 20 |
| Maq e Equip de Naturaza Industrial | (2.224,47) | (2.002,08) | (4.226,55) | 20 |
| Equip p/ Audio Video e Foto | (6.122,94) | (5.729,04) | (11.851,98) | 20 |
| Máq.Ferramentas e Utens de Oficina | - | (1.667,64) | (1.667,64) | 20 |
| Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros | (1.570.335,67) | (732.540,29) | (3.282.967,04) | |

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2013: Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados p/ determinação da vida útil-econômica estimada e p/ cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6-Mercadorias de Terceiros:** A Prefeitura Municipal de São Paulo fornece mensalmente a SPDM Microrregião Vila Maria/Vila Guilherme uma quantidade de materiais e medicamentos, os valores foram lançados nas contas de compensação do ativo Mercadorias de Terceiros e no Passivo Mercadorias Recebidas no montante de R\$ 490.379,54 em 2013. E Contrato de empréstimo de uso temporário o qual devera ser devolvido após uso ou dentro de um prazo predeterminado o qual determinamos Bens de Comodato, os valores foram lançados nas contas de compensação do ativo Mercadorias de Terceiros e no Passivo Mercadorias Recebidas no montante de R\$ 481.433,58 em 2013. O total controlado em 2013 foi de R\$ 971.813,12. **7-Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade c/ as exigências legais-fiscais. **7.1-Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade p/ os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através da Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde - SMS/SP representaram 100% do total das receitas operacionais. **7.2-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades.

Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 5.487,41, enquanto que em 2012 foi de R\$ 580,00. **7.3- Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados c/ órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição p/ qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo c/ o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo c/ suas finalidades. A Entidade p/ a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada c/ as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos p/ reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

| Convênios/Contratos | R\$ |
|---------------------|---------------|
| Contrato 006/2008 | 73.636.495,00 |

8- Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido no balanço anterior, de acordo c/ apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários p/ se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos c/ restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as resoluções o Hosp. e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da V. Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLCLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do R.J, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3. - PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15/04/2.014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Hofling Lima; Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo; Dr.ª Maria Inês Dolci.

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local: Ao 15/04/2014, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - V. Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hofling Lima, Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convitados:** Superintendentes: Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as Dem. contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão p/ análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia:** Aprovação do relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Resultado do Exercício, Dem. das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hosp. São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hosp. Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPP), Complexo Hosp. Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e

| Produção Assistencial | | |
|-----------------------|-----------------|----------------|
| Linhas de Contratação | Contratado 2013 | Realizado 2013 |
| Interação | 10.822 | 10.559 |
| Hospital-Dia | 2.900 | 2.666 |
| Ambulatório | 94.824 | 86.379 |
| Urgência/Emergência | 22.896 | 26.558 |
| SADT Externo | 29.396 | 29.298 |
| Total | 160.838 | 155.460 |
| Resultado Contábil | Receitas 2012 | Despesas 2012 |
| | 114.317.723,93 | 114.317.723,93 |

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.
Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico
Elaine Cristina Albino - Contadora - CRC 1SP270478/O-0

continua

continuação

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (art. 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Adm. e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Superávit, Dem. das Mutações do Patrim. Líquido, Notas Explic. e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exerc. encerrado em 31/12/2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hosp. S. Paulo e de suas Instituições Filiadas Hosp. Mun. Ver. José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Est. de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Mun. Dr. José de Carvalho Florence de S. J. dos Campos (HMJCF), Hosp. Mun. Pimentas Bonsucosso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Mun. de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e o Hosp. e Matern. Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Soc. Mun. da V. Maria Baixa (PSMVM), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina - Micro Região Vila Maria e Vila Guilherme, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa p/ o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários p/ permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis c/ base em nossa auditoria, conduzida de acordo c/ as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada c/ o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados p/ obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes p/ a elaboração e adequada apresentação das de-

Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de S. J. dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia S. Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRL-MSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Progr. de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Pref. no Estado de S. Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Progr. de Atenção Básica e Saúde da Família do R. de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento AP. 5.3, PABSF AP. 3.2 (AP 3.2), UPA Engenho de Dentro AP. 3.2., Progr. de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Reg. de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Gov. de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Cons. Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstr. contábeis apresentadas. SP 23/04/2.014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Cons. Administrativo da S.P.D.M. de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do R.J. UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3. -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. c/ base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as Dem. contábeis apresentadas. São Paulo, 14/04/2.014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. João Toniello Neto; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi; Moron; Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Henrique Lederman.

Ricardo Roberto Monello - Contador - O-3 - CRC - 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.
Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Arcadis Logos S.A

CNPJ/MF nº 07.939.296/0001-50

Relatório da Administração



A Diretoria da ARCADIS Logos S.A. tem a satisfação de encaminhar para os seus Acionistas o balanço patrimonial do exercício 2013. Os expressivos resultados alcançados pela Companhia confirmam o sucesso da estratégia de crescimento sustentável definida em 2011, a qual levou a Companhia a promover a integração das empresas operacionais que atuavam no mercado até o final de 2011. Notadamente, o mercado reconhece hoje a ARCADIS Logos como uma empresa integrada de serviços de consultoria de engenharia, capacitada e qualificada para atuar em todos os segmentos de mercado e nas mais diferentes geografias, no Brasil e no exterior. Como resultado do sucesso do esforço de todos, os negócios da Companhia tiveram crescimento de 18% em 2013, com base apenas na comparação do faturamento líquido registrado em 2012 e 2013. Neste mesmo período, o efetivo de pessoal ficou praticamente estável comparando-se à posição em 31/12/2012 e 31/12/2013, o que denota que a Companhia operou com grande eficiência em 2013, atendendo desta forma o melhor interesse de seus clientes, de seus colaboradores e de seus acionistas. O crescimento de 32% de seu EBITA em 2013 é uma evidência direta do aumento de eficiência obtido pelo ganho de sinergismo, resultado da continuada integração de suas ações no mercado e na gestão interna da Companhia, com melhor alocação de seus recursos no tempo e no espaço. A Companhia ocupa hoje pouco mais de 6.500 metros quadrados na Rua Líbero Badaró 377 e 293 e está assim perfeitamente estruturada para atender seus clientes e continuar a expandir seus negócios. Além de buscar o continuado melhoramento de seus quadros técnicos, a Companhia continua também aperfeiçoando suas políticas corporativas, visando atender todas as exigências típicas de uma empresa de capital aberto, como é o caso de sua controladora ARCADIS NV, em termos de controles e transparência corporativa. Nesta mesma linha, continua reforçando suas políticas e sua gestão para criar e assegurar um

ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os seus colaboradores. É com grande satisfação que a Diretoria também informa que os esforços de todos continuam permitindo uma boa performance de Segurança e Saúde Ocupacional em 2013, tendo-se alcançado todos os índices de referência próximos das metas globalmente estabelecidas pelas melhores empresas, como é o caso da ARCADIS. Não foi registrado em 2013 qualquer acidente de trabalho de maior gravidade, em termos de risco pessoal, tendo a Cia. mantido seu índice de registro de acidentes abaixo de 0,6 por 200.000 horas trabalhadas, com apenas metade dos casos com afastamento do trabalho. Embora estes resultados possam ser interpretados como satisfatórios em relação às médias de mercado, os mesmos ainda estão aquém das metas perseguidas pela Companhia e, para tanto, serão ainda mais intensificadas as ações de conscientização de todos em busca da Meta de Zero Acidente ("TRACK to Zero"), bem como serão intensificadas as ações para a identificação de Quase-Acidentes ("Near Miss") e para a proposição e divulgação de planos de prevenção de acidentes ("Safety Shares"). Com grande satisfação registramos o recebimento em 2013 de 97 Safety Shares formuladas pelos nossos colaboradores, o que representa quase o quíntuplo da meta estabelecida para 2013, ou seja, recebemos quase duas contribuições por semana, em média. Ainda como parte da política de ética e transparência corporativa da Companhia, todos os três mil colaboradores da Companhia tomaram conhecimento e assinaram o seu comprometimento com os Princípios Gerais de Negócios da ARCADIS Logos, segundo o modelo do ARCADIS General Business Principles (AGBP). A Companhia registra que esta sua política, já praticada desde 2011, atendeu com quase três anos de antecipação as disposições trazidas pela Lei nº 12.846/2013 publicada no DOU em 2.8.2013 e conhecida como Lei Anticorrupção. Como parte de seu programa de responsabilidade corporativa social, a Companhia buscou apoiar

várias entidades que fazem trabalho assistencial e social, tendo para tanto contado com um grande número de seus colaboradores, que participaram de suas iniciativas do "Natal Mais Feliz", que permitiu, a partir de doações feitas pelos seus colaboradores, a distribuição de brinquedos para mais de 500 crianças em hospitais e orfanatos no Natal de 2013. Incentivou também seus colaboradores a participarem do programa "Papal Noel dos Correios" promovido pela instituição citada e contribuiu, com apoio financeiro, para o Projeto Cruyff Court Ermelino Matarazzo, que tem como objetivo ensinar cidadania, por meio de futebol, para 320 crianças carentes. Interessada também no aperfeiçoamento técnico e cultural de seu pessoal, em 2013 a Companhia enviou 40 colaboradores para participação em programas internacionais da ARCADIS (Quest, Global Shapers, Advanced Management Program (AMP), Senior Leadership Program (SLP) e Corporate Training), realizou aproximadamente 43.000 horas de cursos e treinamentos e ofereceu suporte financeiro complementar para a Educação de 173 colaboradores. A Diretoria registra o seu agradecimento aos membros do seu Conselho de Administração por todo o apoio e orientação dos mesmos na condução dos negócios da Companhia e, novamente, a todos os seus colaboradores, parceiros e clientes por terem contribuído, criando as condições que permitiram o encerramento do exercício de 2013 com sucesso, à semelhança dos anos anteriores, permitindo assim o continuado fortalecimento e aperfeiçoamento da ARCADIS Logos. Desta forma, a Diretoria renova seu compromisso de continuar trabalhando e buscando, cada vez mais, prestar seus serviços com qualidade, eficiência, e em condições de trabalho seguras e saudáveis, com respeito ao meio ambiente, à sociedade coletiva, aos seus colaboradores, aos seus clientes e aos seus acionistas. A Diretoria encerra este Relatório da Administração com a satisfação de ter alcançado todas as metas que foram estabelecidas para o exercício de 2013.

| Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais) | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 38.569 | 25.435 | 52.464 | 27.623 |
| Contas a receber de clientes | 124.859 | 122.976 | 138.525 | 127.846 |
| Impostos a recuperar | 11.148 | 12.161 | 11.148 | 12.161 |
| Despesas antecipadas | 1.197 | 1.675 | 1.197 | 1.675 |
| Adiantam. a Fornecedores | 3.622 | 6.865 | 3.622 | 6.865 |
| Outras contas a receber | 3.823 | 3.352 | 4.235 | 3.352 |
| Total do ativo circulante | 183.218 | 172.465 | 211.191 | 179.522 |
| Ativo fiscal diferido | 33.174 | 38.923 | 33.205 | 38.923 |
| Outras contas a receber | 8.345 | 6.380 | 7.763 | 6.162 |
| Total do realizável ao I. prazo | 41.519 | 45.303 | 40.968 | 45.085 |
| Investimentos | 56.641 | 47.379 | 48.855 | 46.993 |
| Imobilizado | 12.594 | 17.144 | 12.633 | 17.144 |
| Intangível | 61.860 | 66.564 | 61.862 | 66.564 |
| Total do ativo não circ. | 172.614 | 176.389 | 164.318 | 175.786 |
| Total do Ativo | 355.832 | 348.854 | 375.509 | 355.308 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Passivo | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 298 | 360 | 298 | 360 |
| Fornecedores | 14.594 | 24.105 | 17.534 | 29.915 |
| Impostos e contrib. a recolher | 13.835 | 15.959 | 21.853 | 16.300 |
| Sal., férias e encargos sociais | 57.183 | 45.567 | 57.180 | 45.567 |
| Outras contas a pagar | 2.542 | 1.098 | 6.031 | 1.112 |
| Total do passivo circulante | 88.452 | 87.091 | 102.896 | 93.254 |
| Empréstimos e financiamentos | 40.634 | 40.617 | 40.634 | 40.617 |
| Provisões para contingências | 1.307 | 1.128 | 1.307 | 1.128 |
| Aquisição de Cia-compromisso | 9.934 | 15.263 | 9.934 | 15.263 |
| Total do passivo não circulante | 51.875 | 57.008 | 51.875 | 57.008 |
| Patrimônio líquido:Capital social | 225.000 | 225.000 | 225.000 | 225.000 |
| Reserva de capital | (69.883) | (69.883) | (69.883) | (69.883) |
| Reserva de lucros | 60.388 | 49.638 | 60.388 | 49.638 |
| | 215.505 | 204.755 | 215.505 | 204.755 |
| Particip. de acion. não control. | - | - | 5.233 | 291 |
| Total do patrimônio líquido | 215.505 | 204.755 | 220.738 | 205.046 |
| Total do passivo e patrimônio liq. | 355.832 | 348.854 | 375.509 | 355.308 |

| Demonstrações de resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais) | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Resultado do exercício | 35.000 | 17.832 | 39.459 | 18.100 |
| Resultados Abrangente | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | 35.000 | 17.832 | 39.459 | 18.100 |
| Resultado abrangente atribuível aos: | | | | |
| Acionistas controladores | 35.000 | 17.832 | - | - |
| Acionistas não controladores | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | 35.000 | 17.832 | - | - |

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2013 e 31/12/2012 (Em milhares de Reais) | | | | | | |
|--|----------------|-----------------|--------------|---------------|-------------------|------------------------------|
| | Controladora | | Consolidado | | Lucros acumulados | Acionistas não controladores |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2012 | 161.924 | (69.708) | 2.305 | 29.577 | - | 124.098 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 17.832 | 17.832 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 887 | - | (887) | - |
| Aumento de capital | 63.076 | - | - | (76) | - | 63.000 |
| Outros | - | - | - | - | - | 291 |
| Provisão de ágio-incorporação reversa | - | (175) | - | - | - | (175) |
| Retenção de lucros | - | - | - | 16.945 | (16.945) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 225.000 | (69.883) | 3.192 | 46.446 | - | 204.755 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 35.000 | 35.000 |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (25.000) | (25.000) |
| Constituição de reserva legal | - | - | 1.750 | - | (1.750) | - |
| Retenção de lucros | - | - | - | 8.250 | (8.250) | - |
| Outros | - | - | - | 750 | - | 750 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 225.000 | (69.883) | 4.942 | 55.446 | - | 215.505 |

| Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de Reais) | | | | | | |
|--|----------------|-----------------|----------------|-----------------|---|--|
| | Controladora | | Consolidado | | Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | Caixa líquido usado nas atividades de investimento |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | | |
| Fluxos de caixa das ativ. operac. | 35.000 | 17.832 | 39.459 | 18.100 | 43.571 | 33.754 |
| Lucro líquido do exercício | 35.000 | 17.832 | 39.459 | 18.100 | - | - |
| Ajustes por: | | | | | | |
| Depreciação | 3.472 | 2.914 | 3.472 | 2.914 | - | - |
| Amortização | 1.469 | 651 | 1.469 | 651 | - | - |
| Amortização Ágio | 5.104 | 2.893 | 5.104 | 2.893 | - | - |
| Equivalência patrimonial | (8.513) | 5.894 | (1.863) | 6.277 | - | - |
| Venda Ativo imobilizado e intangível | (100) | 29 | (100) | 29 | - | - |
| Earn Out-Comprom. aquis. | (4.865) | - | (4.865) | - | - | - |
| Provisão para perda-ativo fixo | 4.700 | - | 4.700 | - | - | - |
| Valor justo do investimento na Arcadis Logos Energia | - | 1.390 | - | 1.390 | - | - |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 36.267 | 31.603 | 47.376 | 32.254 | 43.571 | 33.754 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | | |
| (Aum.) redução em contas a receber | (1.883) | (31.469) | (10.679) | (36.318) | (25.000) | - |
| (Aum.) red. em outras contas a rec. | 808 | (1.391) | 759 | (1.163) | - | 63.076 |
| (Aum.) red. nos imp. a recuperar | 6.763 | (5.337) | 6.731 | (5.347) | (45) | (23.037) |
| (Aum.) red. em despesas antecipadas | 478 | (275) | 478 | (275) | - | - |
| (Aum.) red. em outras contas a pagar | 1.444 | 397 | 4.919 | 411 | - | - |
| Aumento (redução) em fornecedores | (9.511) | 6.350 | (12.381) | 12.160 | (25.045) | 54.250 |
| (Aum.) red./em imp. e contr. a recolher | (2.124) | 2.366 | 5.553 | 2.707 | 13.134 | 13.910 |
| Aumento (redução) em salários, férias e encargos sociais | 11.616 | 16.308 | 11.613 | 16.308 | (5.199) | (5.199) |
| Aumento (redução) em compromisso aquisição cia | (464) | 15.263 | (464) | 15.263 | - | - |
| (Aum.) redução em contingências | 179 | 887 | 179 | 887 | - | - |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | (5.392) | (74.094) | (5.199) | (74.091) | (5.392) | (74.094) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | | | |
| Dividendos distribuídos | (25.000) | - | (25.000) | - | - | - |
| Aumento capital social | - | 63.076 | - | 63.076 | - | - |
| Pagamentos de empréstimos | (45) | (23.037) | (46) | (23.037) | - | - |
| Empréstimos tomados | - | 14.211 | 1.002 | 14.211 | - | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (5.392) | (74.094) | (5.199) | (74.091) | (5.392) | (74.094) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | | |
| Dividendos distribuídos | (25.000) | - | (25.000) | - | - | - |
| Aumento capital social | - | 63.076 | - | 63.076 | - | - |
| Pagamentos de empréstimos | (45) | (23.037) | (46) | (23.037) | - | - |
| Empréstimos tomados | - | 14.211 | 1.002 | 14.211 | - | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (5.392) | (74.094) | (5.199) | (74.091) | (5.392) | (74.094) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | | |
| Dividendos distribuídos | (25.000) | - | (25.000) | - | - | - |
| Aumento capital social | - | 63.076 | - | 63.076 | - | - |
| Pagamentos de empréstimos | (45) | (23.037) | (46) | (23.037) | - | - |
| Empréstimos tomados | - | 14.211 | 1.002 | 14.211 | - | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (5.392) | (74.094) | (5.199) | (74.091) | (5.392) | (74.094) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | | |
| Dividendos distribuídos | (25.000) | - | (25.000) | - | - | - |
| Aumento capital social | - | 63.076 | - | 63.076 | - | - |
| Pagamentos de empréstimos | (45) | (23.037) | (46) | (23.037) | - | - |
| Empréstimos tomados | - | 14.211 | 1.002 | 14.211 | - | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (5 | | | | | |